HAL open science

Os mecanismos de qualificação e certificação como interfaces entre reciprocidade e troca mercantil

Eric Sabourin

To cite this version:

Eric Sabourin. Os mecanismos de qualificação e certificação como interfaces entre reciprocidade e troca mercantil. MERCADOS E AGRICULTURA FAMILIAR: INTERFACES, CONEXÕES E CONFLITOS, pp.190-210, 2013. hal-02803527

HAL Id: hal-02803527

https://hal.science/hal-02803527v1

Submitted on 10 Jun 2020

HAL is a multi-disciplinary open access archive for the deposit and dissemination of scientific research documents, whether they are published or not. The documents may come from teaching and research institutions in France or abroad, or from public or private research centers.

L'archive ouverte pluridisciplinaire **HAL**, est destinée au dépôt et à la diffusion de documents scientifiques de niveau recherche, publiés ou non, émanant des établissements d'enseignement et de recherche français ou étrangers, des laboratoires publics ou privés.

AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO RURAL

GEPAD

MERCADOS E AGRICULTURA FAMILIAR: INTERFACES, CONEXÕES E CONFLITOS

Marcelo Antonio Conterato
Paulo André Niederle
Rozane Marcia Triches
Flávia Charão Marques
Glauco Schultz
(Organizadores)

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-61941-08-6
9 788561 941086

UFRGS UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Universidade Federal do Rio Grande do Sul PGDR PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL Mestrado e Doutorado Multidisciplinares

sociologia PPGS UFRGS 40 anos Programa de Pós-Graduação em Sociologia

AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO RURAL

GEPAD

MERCADOS E AGRICULTURA FAMILIAR: INTERFACES, CONEXÕES E CONFLITOS

Série Difusão IEPE/UFRGS

Ed. Via Sapiens, Porto Alegre, 2013

ISBN
9788561941086

SÉRIE DIFUSÃO DO IEPE

Via Sapiens

GEPAD

© Série Difusão do IEPE/UFRGS

A Série Difusão do IEPE tem como objetivo publicar obras resultantes de ações e projetos de extensão e de cooperação, de caráter multidisciplinar, pautadas no desenvolvimento rural sustentável, para um público amplo. Esta série é um desdobramento da Série Estudos e Pesquisas do IEPE que abriga produções técnicas e culturais, relatos de experiências e ações de cooperação produzidas no âmbito de Instituições de Ensino Superior.

Editoração de texto e revisão das provas: Marcelo Antonio Conterato

Normalização e Ficha Catalográfica: Bibliotecária Lílian Maciel (FCE/UFRGS)

Assessoria de Editoração: Alessandra Matte

IEPE – Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas/UFRGS

Diretor – Carlos Guilherme Adalberto Mielitz Netto

Vice-Diretor – Leonardo Xavier da Silva

Série Difusão do IEPE
Conselho Editorial
Carlos Guilherme Adalberto Mielitz Netto
Gabriela Coelho-de-Souza
Leonardo Xavier da Silva
Lovois de Andrade Miguel

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Mercados e agricultura familiar : interfaces, conexões e conflitos / Marcelo Antonio Conterato... [et al.] (Org.). – Porto Alegre : Via Sapiens, 2013.
358 p. : il. (Difusão IEPE/UFRGS)

ISBN 9788561941086

1. Agricultura familiar. 2. Mercados agrícolas. 3. Desenvolvimento rural. 4. Interação social. I. Conterato, Marcelo Antonio. II. Niederle, Paulo André. III. Triches, Rozane Marcia. IV. Marques, Flávia Charão. V. Schultz, Glauco. VI. Grupo de Pesquisa em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural. VII. Título. VIII. Série.

CDU 631.115
338.433

Responsável: Biblioteca Gládis Wiebbelling do Amaral, Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-61941-08-6

AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO RURAL

Marcelo Antonio Conterato
Paulo André Niederle
Rozane Marcia Triches
Flávia Charão Marques
Glauco Schultz
(Organizadores)

MERCADOS E AGRICULTURA FAMILIAR: INTERFACES, CONEXÕES E CONFLITOS

Porto Alegre – RS

2013

SUMÁRIO

PREFÁCIO..... 08

APRESENTAÇÃO..... 12

PRIMEIRA PARTE: OS IMPÉRIOS ALIMENTARES E OS MERCADOS – QUAL ESPAÇO DE MANOBRA?..... 19

La agricultura familiar en los mercados globales: Articulación horizontal y vertical en la citricultura del Noreste Argentino…… 19

Clara Craviotti

A evolução institucional do sistema de cooperativas de leite da agricultura familiar com interação solidária (SISCLAF): atores sociais, mercados e ação coletiva no SUDOESTE DO PARANÁ..... 36

Fabiano Escher

A importância do cooperativismo na inserção de pequenos produtores nos mercados: o caso da produção de maçã na serra catarinense..... 61

Armando Fornazier e Paulo Dabdab Waquil

"*O pessoal aqui não se interessa por este tipo de coisa, só na integração em suínos e aves*": construção histórica da Feira Livre dos Produtores rurais e de agroindústrias familiares em Teutônia-RS (1985-2011)..... 78

Juliano Luís Palm

Comportamentos do consumidor de alimentos e suas maneiras de pensar a alimentação..... 99

Thelma Lucchese-Cheung; Mário Otávio Batalha e Jean Louis Lambert

SEGUNDA PARTE: MERCADOS LOCAIS E CADEIAS CURTAS: RECONECTANDO PRODUTORES E CONSUMIDORES..... 114

Plantando ideias inovadoras, colhendo transformações na agricultura familiar: a produção de base ecológica e a construção social de mercados no sul do Rio Grande do Sul..... 114

Monique Medeiros e Flávia Charão Marques

Qualidade partilhada e relações de sociabilidade entre produtores familiares e consumidores no processo de comercialização direta no noroeste paulista..... 133

Antonio Lázaro Sant'Ana; Flaviana Cavalcanti da Silva; Valéria da Silva Modenese; Divanir Zaffani Sant´Ana e Gabriela dos Santos Souza

Construcción de mercados desde la perspectiva de los espacios protegidos. El caso de la cuenca lechera caprina em Santiago del Estero, Argentina ……..……... 155

Raúl Paz

Adquirindo alimentos da reforma agrária: o programa de aquisição de alimentos (PAA) como política de segurança alimentar nos assentamentos do RIO GRANDE DO SUL..... 167

Priscila Gualberto de Lima e Gilson César Pianta Corrêa

TERCEIRA PARTE: MERCADOS, INSTITUIÇÕES E A QUESTÃO DA QUALIDADE..... 190

Os mecanismos de qualificação e certificação como interfaces entre reciprocidade e troca mercantil..... 190

Eric Sabourin

Circuito carioca de feiras orgânicas: a expansão da venda direta de alimentos orgânicos, o controle social, a regulamentação da agricultura orgânica e os princípios do comércio justo e solidário..... 211

Maria Fernanda de Albuquerque C. Fonseca; Cristina de Brito Ribeiro; Ana Paula Pegorer de Siqueira; Anny Paula Machado; Gisele Ribeiro R. da Silva; Renato Linhares de Assis

A teia da qualidade, do *embeddedness* e do local para construção de cadeias agroalimentares curtas: o caso dos agricultores familiares em Santa Catarina..... 225

Dilvan Luiz Ferrari.

TERCEIRA PARTE

MERCADOS, INSTITUIÇÕES E A QUESTÃO DA QUALIDADE

Os mecanismos de qualificação e certificação como interfaces entre reciprocidade e troca mercantil

Eric Sabourin

Introdução

Esse trabalho mobiliza a teoria da reciprocidade em antropologia para analisar o processo de qualificação de produtos da agricultura familiar no Brasil. Qualquer processo de qualificação que garante a origem, a especificidade e a qualidade de um produto pode permitir reduzir os efeitos de concorrência e especulação característicos da troca mercantil (SAUTIER; BIENABE; CERDAN, 2011). A abordagem parte da hipótese de que a qualificação do produto introduz uma dimensão de reciprocidade numa relação de troca mercantil. Os processos de qualificação podem contribuir para estabelecer uma relação de reciprocidade simétrica entre produtores e consumidores (TEMPLE, 2003). Os mesmos podem também concorrer para criar uma estrutura de compartilhamento das normas de qualidade no seio de um grupo ou de uma rede de produtores. Tais relações simétricas de reciprocidade entre produtores e consumidores tendem a gerar sentimentos e valores de confiança, reputação, honra e responsabilidade. Geralmente, são esses valores éticos que contribuem para garantir a legitimidade e a autoridade do processo de certificação. Esses mecanismos podem levar à criação de uma economia territorial em torno de um produto específico. No entanto, os mecanismos de qualificação e certificação podem também introduzir a exclusão de certos produtores e/ou consumidores quando conduzem a um aumento dos custos de produção, ou por conta das exigências das modalidades de auditoria da qualidade. Entretanto, mesmo se no seio do grupo ou da rede de produtores qualificados operam valores de identidade e regras de reciprocidade, fora deste ambiente, são as leis da troca mercantil que dominam os mercados. Por isto, existe a necessidade de uma articulação ou interface para permitir um diálogo entre a lógica de troca da relação mercantil e a lógica de reciprocidade no seio da dinâmica de

qualificação. A interface oferecida pelos mecanismos de certificação da qualidade pode contribuir para reintroduzir a dimensão de reciprocidade econômica (a família, a unidade doméstica, a comunidade rural ou camponesa, a cooperativa, as normas e os valores compartilhados) no sistema da troca mercantil.

Para isso, convêm que o processo de certificação não constitua (mediante o seu custo ou as suas modalidades) um novo fator de exclusão social ou econômica. Na lógica de justiça da generalização da reciprocidade não é interessante, de fato, que a certificação tenda a excluir os produtores do acesso à qualificação por motivos financeiros ou ainda a negar o acesso a certos consumidores mediante seu efeito sobre o aumento do custo dos produtos. A interface oferecida pelos mecanismos de certificação da qualificação pode obedecer, por sua vez, tanto a lógica da troca mercantil, como a lógica da reciprocidade ou até a dinâmicas híbridas ou mistas.

Este trabalho está baseado numa comparação entre três experiências de certificação da qualidade agroecológica de produtos da agricultura familiar no Brasil: certificação de grupo por auditoria externa, certificação participativa e cocertificação. A comunicação tem três partes:

a) o quadro teórico e o contexto;
b) os estudos de caso e seus principais resultados, e;
c) a discussão, as lições e perspectivas.

Referencial teórico e metodológico e contexto: Comercialização dos produtos agropecuários e relações de reciprocidade

A comercialização de produtos agropecuários não pode ser reduzida às únicas formas e regras do mercado capitalista. No Brasil, a venda direta, as feiras locais e agroecológicas são tantos exemplos de mercados de proximidade gerando laços sociais e produzindo sociabilidade a partir da relação direta entre produtor e consumidor. Apesar do processo de mercantilização capitalista vivido pela agricultura familiar e camponesa (CONTERATO, 2004; PLOEG, 2008), existem ainda mercados socialmente controlados, que também atendem às regras de reciprocidade (POLANYI, 1957) ou que introduzem uma parte de sociabilidade e de reciprocidade nas relações de troca mercantil (RADOMSKY; SCHNEIDER, 2007; SABOURIN, 2009b). Entendemos por reciprocidade a dinâmica de reprodução de prestações de serviços, criando laços sociais tal como foi identificada por Mauss (1989) através da triple

obrigação de "*dar, receber e retribuir*". Temple (2003) define a reciprocidade como o redobramento do ato ou da prestação que permite o reconhecimento do outro e a participação de uma comunidade humana. Do ponto de vista antropológico, o princípio da reciprocidade corresponde a um ato reflexivo entre sujeitos, uma relação intersubjetiva e não a uma simples permutação de bens ou objetos, tal como a troca. Dois elementos da teoria da reciprocidade são particularmente mobilizados neste estudo.

Em primeiro lugar, o princípio da reciprocidade não se limita a uma relação de dádiva/contradádiva entre pares ou grupos sociais simétricos. O reducionismo desta definição que ainda prevalece, às vezes, na antropologia, está levando a uma confusão entre troca simétrica e reciprocidade. Este impasse persiste enquanto a reciprocidade é interpretada com a lógica binária que é adequada para a troca. A prestação de troca, no extremo, pode ser reduzida a uma simples permutação de objetos, quando a prestação de reciprocidade se caracteriza por uma relação reversível entre sujeitos. Temple e Chabal (1995) propõem recorrer à lógica ternária de Stéphane Lupasco (1951) que faz aparecer "um terceiro" na relação de reciprocidade. Este "terceiro incluído" pode ser interpretado como o "ser" dessa relação e dar conta dela como sendo a estrutura original da intersubjetividade. Diferencia, assim, a relação de reciprocidade daquela de troca de bens ou de serviços que, pelo contrário, liberta os sujeitos de toda dívida social e concorre muito menos a gerar obrigações e laços sociais.

Em segundo lugar, as relações de reciprocidade podem ser analisadas em termos de estruturas, no sentido antropológico (LEVI-STRAUSS, 1967), e divididas entre algumas estruturas elementares (TEMPLE, 1998).

Estas relações de reciprocidade estruturadas sob a sua forma simétrica geram valores éticos:

a) a relação de reciprocidade em uma estrutura bilateral simétrica cria um sentimento de amizade;
b) a relação numa estrutura simétrica de repartição de bens ou serviços dentro de um grupo cria o sentimento de confiança;
c) a relação simétrica numa estrutura de redistribuição equilibrada de bens ou serviços cria o valor de justiça, etc.

Este é o ponto mais complexo da teoria "renovada" da reciprocidade proposta por Temple e Chabal (1995) e, sem dúvida, o mais difícil de validar, porque diz respeito não

somente a produção de bens materiais, mas também de sentimentos e valores humanos. Mas é um elemento central que oferece várias possibilidades de análises e de propostas alternativas em termos de construção social de regras econômicas.

Em termos de comercialização de produtos agrícolas, os agricultores ou suas organizações, têm implementado vários tipos de interface que permitem uma convivência, uma articulação entre práticas de reciprocidade e práticas de troca.

A primeira interface é a da venda direta baseada no encontro entre o produtor e o consumidor. Existe uma relação de troca monetária, mas o contato direto entre produtor e comprador permite redobrá-la por uma relação de reciprocidade binária (o cara a cara) gerando valores afetivos como o sentimento de reconhecimento, de amizade ou valores éticos: respeito, confiança e até fidelidade.

É também o caso das cadeias curtas socialmente controladas por grupos de produtores ou cooperativas de consumidores. Podemos citar as iniciativas como os mercados camponeses e as "cestas camponesas" ou Associações para a Manutenção de uma Agricultura Camponesa (AMAP's) na França, que são administradas por associações mistas de agricultores e consumidores (LAMINE, 2008).

Tais situações de contato direto, (estrutura do "cara a cara") dão origem a relações humanas específicas: conversas e explicações em torno dos produtos, do trabalho, dos processos, mas também da vida social, da família ou da política. Além da afetividade, essas relações geram também valores de lealdade e de confiança entre produtores e consumidores. Quando a relação direta não é possível, existe a possibilidade da intermediação qualificada e interpessoal: a corretagem. O corretor permite estabelecer uma relação de *reciprocidade ternária* com o produtor e os consumidores, mediante o interconhecimento e informações privilegiadas sobre a qualidade do produto e do produtor (DARRÉ, 1994). Esta estrutura corresponde a uma relação de reciprocidade que, se for simétrica ou equilibrada, produz valores como a responsabilidade, a confiança e, sobretudo, a reputação (do produtor como do corretor) que leva ao prestígio. A dialética do prestigio é típica das lógicas de dádiva e de reciprocidade, pois ele é fonte de autoridade e/ou de poder nesses sistemas.

O processo de qualificação dos produtos que assegura uma articulação entre o princípio de reciprocidade e o princípio da troca mercantil pode constituir um mecanismo de interface. A política de qualificação (o selo ou rótulo) limita os efeitos da concorrência e da especulação característicos da lógica de troca mercantil e pode contribuir para construir territórios de reciprocidade em torno de um produto e de uma comunidade de produtores.

Quando o nome do produtor, da sua localidade ou do seu grupo social está envolvido, são as relações de reciprocidade que geram os valores de honra, reputação e responsabilidade que permitem a reprodução da qualidade e do ciclo comercial em torno dos produtos "qualificados" (SAUTIER; BIENABE; CERDAN, 2011). São, entre outros, esses valores éticos que garantem a legitimidade e autoridade do processo de certificação das normas de qualidade e de origem. As empresas capitalistas identificaram rapidamente a importância destes valores éticos (reputação, confiança, responsabilidade social) para transformá-los em objetos mercantis por meio da privatização dos serviços de auditoria das normas de qualidade. No entanto, e particularmente para produtos alimentícios, a verdadeira sanção é essencialmente a do consumidor. Além disso, a garantia da qualidade (orgânica, por exemplo) é muitas vezes inerente ao próprio processo de produção. Qualquer agricultor comprometido num processo de conversão agro ecológica seja por razões materiais (valor agregado), éticas ou ecológicas, não tem, a priori, nenhum interesse de enganar o consumidor ou de voltar atrás no seu sistema de produção. Atrás da chave da interface, há de fato uma questão de confiança entre consumidor e produtor, entre os próprios produtores, ou entre produtores e comerciantes intermediários. É esta questão da credibilidade da qualidade do produto que está sujeita à validação, que passa por um processo de controle chamado de certificação.

Análise da certificação e evoluções recentes

Minha hipótese é que o processo de certificação não é um dado tecnológico neutro. É uma construção social, que depende principalmente da confiança humana, mais que da conformidade a processos ou padrões tecnológicos.

A economia das convenções (DUPUY, 1989; EYMARD-DUVERNAY, 1995; VALESCHINI, 1995) já identificou os fatos confirmados pela experiência de sistemas de certificação participativa baseados sobre a validação da conformidade social, mais que na conformidade tecnológica.

Mas essas abordagens não vão exatamente até o fim da lógica da produção dos valores sociais e éticos. De fato, no caso de produtos alimentares e agroecológicos, o reconhecimento desses valores deveria, logicamente, conduzir a mecanismos de cocertificação e ao fim da certificação externa mercantil. A ampla revisão de Hatanaka, Bain e Busch (2005) indica como a certificação por auditoria externa (ou por Terceira Parte) leva a uma globalização de normas impostas pelos grandes grupos transnacionais e as redes de supermercados.

Logicamente, suscitou resistências e a procura de modalidades alternativas por grupos de agricultores familiares pelo mundo. Louden e Macrae (2010), a partir de estudos no Canadá mostram que normas nacionais impostas unilateralmente pela regulamentação federal da qualificação agroalimentar excluem muitos sistemas produtivos localizados diferenciados.

Por outra parte, sociólogos e economistas têm trabalhado recentemente a questão dos valores afetivos e éticos, e em particular da confiança, nos sistemas de qualificação e de certificação. James (2002), a partir da teoria dos jogos, indica que a confiança é criada e reproduzida pela própria prática de cooperação e por incentivos externos.

Sonnino (2007) mostra, a partir de trabalhos na Itália e Holanda que esses valores de sociabilidade entrelaçados com o econômico (*embeddedness*) não são dados, mas construídos socialmente pelas relações entre atores, produtos e lugares ou territórios.

No Brasil, existem, assim, várias iniciativas de implementação de sistemas de cocertificação, certificação de grupo, certificação dita "participativa", entre produtores ou entre produtores e consumidores (MEDAETS; MEDEIROS, 2004; WILKINSON; CERDAN, 2011). Essas experiências estão ligadas ao renascimento dos mercados de proximidade, das feiras agroecológicas e da dinâmica dos efeitos de reputação (CERDAN et al., 2009).

A segunda parte apresenta uma análise comparativa de três sistemas de certificação de produtos agroecológicos da agricultura familiar: Certificação por Auditoria Externa de Grupo CAE no Mato Grosso, Certificação Participativa em Rede (CPR) em Santa Catarina e cocertificação na Paraíba (Figura 1).

A metodologia consistiu na aplicação de uma grade de análise comparativa (ver Tabela 1) inspirada em MEDAETS; MEDEIROS (2004) e completada por perguntas sobre a origem dos valores ligados a conformidade social, de acordo com trabalhos anteriores (SABOURIN, 2009 a et al. b; 2011, SABOURIN; RODRIGUEZ, 2009). O estudo bibliográfico e a análise da documentação desses três sistemas foram associados a uma série de entrevistas individuais de agricultores, comerciantes, técnicos e consumidores e à observação de reuniões, visitas de avaliação e situações de comercialização.

Três estudos de caso no Brasil

Os três casos correspondem a agricultores familiares organizados para produzir e comercializar a sua produção agroecológica. Na Amazônia, trata-se de uma cooperativa de produtos agroecológicos destinados ao mercado de exportação e ao mercado regional e

nacional. No Sul, a venda é realizada nas redes comerciais clássicas (supermercados, lojas especializadas). No Nordeste, a comercialização é restrita à venda direta nas feiras agroecológicas em várias cidades no Estado da Paraíba (Figura 1).

Figura 1 - Localização das três experiências de produção agroecológica

Fonte do mapa: Brasil (2005).

Certificação de grupo por auditoria externa (MT Cooperagrepa e Ecocert).

A Cooperativa de agricultores agroecológicos de Terra Nova do Norte (Mato Grosso), Cooperagrepa (300 famílias), produz, desde 2003, guaraná, castanha do Brasil, açúcar mascavo, café e mel (SABOURIN; RODRIGUES, 2009). Adotou um sistema de certificação de grupo proposto por uma empresa privada, a Ecocert Brasil (WHYTE, 2002). O contrato de grupo foi estabelecido para 50 unidades familiares (a Ecocert requer um mínimo de 30 agricultores para esta modalidade).

A Ecocert realiza a auditoria externa de uma amostragem dos produtores (em média 10 por ano) e de todas as unidades de processamento a cada ano. O controle interno é realizado anualmente por um agrônomo da Cooperagrepa, que assegura o conjunto dos registros e documentos para cada unidade de produção.

Os custos de auditoria externa são demasiado elevados para os pequenos agricultores membros da Cooperagrepa. A cooperativa recebe o apoio do Serviço Brasileiro de Apoio de Pequenas Empresas (SEBRAE) durante cinco anos: o SEBRAE paga o custo total da

certificação nos primeiros três anos e a metade nos dois últimos. Em 2009, o custo era de 700 reais (R$) por unidade de produção (R$ 350 pagos pelo produtor). O SEBRAE e o agricultor depositam esse valor antes da visita da Ecocert, que fornece o certificado após o recebimento do pagamento e a inspeção. Maior é o grupo, mais o custo individual é reduzido. O custo de um sistema de certificação individual pela Ecocert era de R$1000/ano até 2009.

A verificação da conformidade é essencialmente técnica. O grupo produtor passa por um período de conversão durante o qual deve realizar e fornecer os registros solicitados, em função dos requisitos estabelecidos pelo modelo de produção. No final deste período, o organismo de certificação realiza a avaliação da conformidade, que conta com o relatório de inspeção de todas as unidades de produção do grupo e da análise em laboratório de uma série de testes selecionados aleatoriamente por amostragem.

A decisão de certificação não é tomada pelos indivíduos que realizam as inspeções, mas centralmente pelo organismo certificador. Assim, tal como é exigido pela Organização internacional de normalização (ISO), há separação entre as funções de inspeção e certificação. O conjunto dos registros é mantido pelo organismo certificador. Os técnicos da COOPERAGREPA asseguram um papel de auditoria das unidades de produção e recebem um treinamento específico sobre os procedimentos de inspeção. A seleção desses inspetores depende de um conjunto de critérios que reduzem a possibilidade de outro tipo de relacionamento entre o inspetor e o inspecionado.

A Rede Ecovida de Agroecológia

A Rede Ecovida de Agroecologia foi criada em 1998 no Estado de Santa Catarina, "[...] com o fim de promover a agroecológia e criar mecanismos legítimos para a produção de credibilidade e segurança dos processos desenvolvidos pelos seus membros." (REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA, 2002, p.4). A rede abrange os estados de Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul e São Paulo e conta com mais de 120 organizações ou dispositivos coletivos de agricultores (grupos formais e informais, associações e cooperativas de produtores e consumidores) e 23 unidades de apoio atingindo diretamente cerca de 1.500 famílias de produtores.

Diversas normas internacionais, como as do sistema IFOAM/IOAS Grower group (IFOAM, 2009), o Regulamento CEE nº 2.092/91 ou a norma do Ministério da Agricultura do Brasil MAPA Nº6 de 2002 abrem e regulam a possibilidade de certificação por grupos de

produtores organizados. A Rede Ecovida adotou o sistema de Certificação participativa em rede (CPR) por conformidade social em vários dos seus grupos.

De acordo com Ferrari (1983, p.457), a "conformidade social" representa "[...] a alteração ou modificação do comportamento e crenças de uma pessoa ou de um grupo, numa direção determinada por um grupo mais amplo." A conformidade repousa na pressão do grupo e nos "grupos de referência" como forças motivadoras. O autor menciona que a conformidade se manifesta condicionada por variáveis interpessoais e variáveis cognitivas.

Toda alteração envolve um processo de sanções positivas, negativas e neutras. Assim, no caso da CPR, um forte investimento é necessário para que os indivíduos envolvidos no sistema atinjam uma "conformidade social".

A avaliação da conformidade social é diferente da avaliação da conformidade tecnológica em três aspectos:

a) ela é feita com base em reuniões ou comitês onde a observação sistêmica e a convergência de informações não recobrem um perfil tecnológico;
b) as exigências de conformidade não se referem ao sistema técnico de produção, mas às condições sociais e aos fatores sociais da sua implementação;
c) ela não depende de peritos treinados para inspeção / auditoria, mas de técnicos e agricultores treinados em agroecológia. Finalmente, o técnico está envolvido diariamente com os grupos de agricultores certificados no seu processo de construção da conformidade social.

As "visitas" do Comitê de Ética constituem a segunda atividade de controle de qualidade onde se manifesta a presença externa à unidade de produção. Os técnicos, os agricultores, e até os consumidores que realizam as "visitas" de uma unidade de produção vêm de um ambiente exterior e podem assegurar um papel de "inspeção externa."

A última ação de controle, a revisão pelos pares, ocorre dentro do núcleo ou do grupo para dar lugar à decisão de certificação.

Os mercados agroecológicos na Paraíba

Na Paraíba, as feiras agroecológicas de Lagoa Seca, Campina Grande e Massaranduba foram organizadas pelo Polo Sindical da Borborema (PSB) para fornecer à população local

produtos saudáveis e aumentar a autonomia dos agricultores familiares com relação às cadeias tradicionais que eles não podem controlar (KILCHER, 2004; FLORENTINO et al., 2007).

O público-alvo é de condição modesta e os preços praticados não são muito diferentes daqueles dos mesmos produtos convencionais nas outras feiras da região. Permanecem bem inferiores aos preços de produtos idênticos não agroecológicos nos supermercados de Campina Grande. A iniciativa do PSB levou a criar uma associação regional de agricultores agroecológicos e a estruturar um processo de certificação da qualidade. Trata-se de uma cocertificação de grupo ou certificação mútua, realizada por comissões de agricultores designadas pela associação de produtores agroecológicos. As comissões visitam regularmente cada produtor e verificam o processo de manejo dos cultivos, o itinerário técnico e a natureza dos insumos utilizados.

Cada agricultor pode se tornar avaliador ou avaliado. Os riscos de fraude são bem limitados por conta da pressão social e do interconhecimento. Mas antes de tudo, é porque o interesse primordial dos agricultores é manter uma clientela ainda frágil e, portanto, não trapacear na qualidade. Este sistema de certificação mútua (ou recíproca) tem a vantagem de ser gratuito, de não aumentar o custo de produção e de não colocar os agricultores na dependência das empresas de certificação. No processo de cocertificação, o controle de qualidade torna-se inerente à estrutura da produção a partir do momento que esta é reposicionada em um sistema de reciprocidade. Os mercados agroecológicos não têm como primeiro ou único objetivo aumentar o valor agregado e a mais valia para os produtores. A meta inicial era de se liberar da dependência dos intermediários das cadeias tradicionais, promovendo o controle de cadeias curtas e a venda direta. A segunda meta era recuperar uma relação humana favorável à agricultura familiar junto à população local, proporcionando produtos de qualidade saudável. Estas feiras não apareceram simplesmente em resposta a uma transformação das práticas de cultivo ou pelo incentivo de entidades de assistência técnica. A condição do seu sucesso está na sua resposta qualificada, durável, coletiva e institucionalizada, a uma demanda dos consumidores locais para produtos de qualidade e sem pesticidas.

Análise comparativa, discussão, ensinamentos e perspectivas

Analise das três experiências

A análise dos três sistemas de certificação apresentados examina as práticas, o tipo de relações que lhes correspondem, os resultados obtidos e a natureza dos valores mobilizados ou gerados. Cada um dos sistemas estudados pode ser assimilado a uma lógica (troca mercantil, cooperação, reciprocidade) e também, de acordo com MEDAETS; MEDEIROS (2004), a uma linguagem específica.

A Certificação pela Auditoria Externa (CAE) é fundamentada em três elementos:

a) um nível de registros rigoroso e elevado (talvez demasiado?);
b) inspeções externas para reduzir o oportunismo;
c) a centralização das decisões de certificação com base na documentação do sistema de controle do uso da marca de certificação.

A lógica mercantil desse sistema leva a controlar tanto (ou mais) as normas de uso da marca de certificação que as normas do sistema técnico como, por exemplo, o uso de insumos orgânicos.

A CEE (2002) menciona que as modalidades da CAE não fazem distinção entre grandes empresas do agronegócio e pequenos agricultores familiares ou camponeses; exigindo o mesmo esforço e normas de inspeção, independentemente do tamanho da unidade de produção e do tipo de produto, o sistema leva, muitas vezes, a operações desnecessárias e inadequadas para os pequenos produtores.

Essa crítica pode ser estendida aos critérios de amostragem, à realização de testes e análises, e aos procedimentos de registros dos insumos ou das vendas, etc. Estes procedimentos "globalizados" pelos guias ISO ignoram as particularidades do meio rural local e as potencialidades das relações de cooperação, de proximidade e de reciprocidade em termos de construção da credibilidade ou de controle mútuo pela pressão social. A CAE por firmas privadas tende a provocar o aumento dos custos, dos preços aos consumidores e a limitar o acesso de pequenos agricultores familiares e camponeses à qualificação dos seus produtos (LANDEL et al., 2009; ÁVILA, 2011). Por outra parte, por conta das exigências documentarias e financeiras, o controle externo privado realmente realizado tem se revelado pouco eficaz para a qualificação das unidades da agricultura familiar (SABOURIN; RODRIGUES, 2009). No entanto, esta questão da certificação da qualidade torna-se

inevitável uma vez que existe no Brasil um processo de regulamentação dos mercados de produtos agroecológicos que torna obrigatória a certificação da produção orgânica (BRASIL, 2002).

O CPR e a cocertificação são sistemas baseados na "conformidade social" a um objetivo comum de qualidade do sistema de cultivo e do processamento/embalagem do produto e a acordos formais e informais para atingi-los. A decisão de certificação descentralizada dá lugar a um mecanismo de sanção (podendo ir até à exclusão), quando os acordos estabelecidos dentro dos grupos não são respeitados; esses dois sistemas prevêem também um engajamento ou um compromisso dos consumidores (uma consulta no mínimo) (Tabela 1).

A certificação de grupo por auditoria externa procura um grau de excelência das inspeções e das recomendações relacionado com as normas de exportação. A decisão depende de um conjunto de dados e documentos que permitam a rastreabilidade do produto controlado.

O sistema de conformidade social recomendado pela CPR depende das visitas e revisões por pares. Estas duas operações bem distintas dependem de um conjunto de critérios que são menos numerosos e menos exigentes ou objetivos que aqueles dos procedimentos da CAE por auditoria externa (Tabela 1).

A Associação de Certificação Participativa da Rede Ecovida assegura essa função com base em avaliações dos conselhos de ética dos grupos locais. Na Paraíba, é a associação de produtores agroecológicos que garante o monitoramento e o controle das normas através de reuniões e visitas técnicas. O papel da pressão dos consumidores e do conhecimento mútuo é fundamental na Paraíba e, por vezes, na Rede Ecovida. Em ambos os casos, a decisão de certificação é descentralizada e tomada pelos atores envolvidos no processo de produção. Não há separação entre as funções de inspeção e de certificação. Nos Núcleos da Ecovida existe essa separação (REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA, 2002). No caso da CPR, não há inspetor externo, mas as visitas são realizadas por técnicos e agricultores treinados em agroecológia e habilitados para verificar o cumprimento das normas estabelecidas pela Rede Ecovida (Tabela 1).

No entanto, o fato da documentação exigida pela CPR ser mais simples que a da CAE não autoriza discutir da qualidade da certificação fornecida. Além disso, o caráter descentralizado e participativo da CPR confere aos produtores uma competência relevante, não só do conhecimento das normas e do controle de qualidade, mas também em matéria de gestão e contabilidade das suas operações (MEDAETS; MEDEIROS, 2004).

As reuniões entre as famílias, a intensidade do processo de intercâmbio de informações através do monitoramento mútuo, a geração de uma reputação entre pares e a exclusão daqueles que não respeitam os acordos assinados, são todos fatores que contribuem para a construção de uma "conformidade social" no sistema da CPR. Essa conformidade social é o resultado de uma pressão social dentro do grupo.

Ela está sendo motivada e garantida por valores comuns e interesses sociais e materiais comuns. No caso dos mercados da Paraíba, a documentação reunida é ainda menor no processo de cocertificação; mas em compensação, há uma intensidade dos intercâmbios orais. Eles estão na base da informação mútua e da pressão social que constituem os principais fatores da construção da reputação do produtor e do produto.

Quanto aos mecanismos de verificação, a principal expectativa de um sistema de certificação é, em última análise, que ele permita reduzir a assimetria de informação e os espaços de fraude ou, pelo menos, de oportunismo. Os três sistemas conseguem isto, sem diferença significativa nos resultados, mas com uma forte diferenciação (entre eles) em termos de custos e procedimentos (Quadro 1).

Quadro 1 - Comparação das modalidades de controle da qualidade

Componentes do controle de qualidade	Certificação de Grupo por Auditoria Externa	Certificação Participativa em Rede	Cocertificação de grupo
1. Padrões	Construção em processo de revisão periódica.	Construção em processo de revisão periódica.	Construção em processo de revisão mútua permanente
2. Meios de verificação a) Inspeção b) Capacitação c) Variáveis medidas e técnicas utilizadas d) Registros e documentação	a) por 1 perito em inspeção. Principio do inspetor externo. b) sobre produção agroecológica e inspeção c) Atividades de avaliação da conformidade técnica. d) elevados, rigorosos e sempre centralizados.	a) por um perito praticante em agroecológia (produtor ou técnico). Sem inspetor externo. b) concentrada sobre produção agroecológica c) avaliação da conformidade social e conformidade técnica. d) leves, não uniformes e descentralizados	a) por um perito praticante em agroecologia (produtor). Sem inspetor externo. b) sobre produção agroecológica. c) conformidade social e conformidade técnica. d) leves, não uniformes e descentralizados
3. Organismo Certificador			
a) Responsabilidade pelo sistema de certificação b) Estrutura c) Separação entre apoio técnico e	a) Do organismo certificador externo b) normas ISO 65. c) Realizada	a) Do organismo certificador, mas não operando na prática. b) normas ISO 65 não operando na pratica c) nem sempre realizada	b) do agricultor e da associação de produtores agroecológicos. b) normas agroecológicas locais, regionais ou nacionais

Componentes do controle de qualidade	Certificação de Grupo por Auditoria Externa	Certificação Participativa em Rede	Cocertificação de grupo
certificação d) Decisão de certificação e) Técnico	d-1) Centralizada. d-2) Decisão de certificação separada da inspeção. e) Externo.	d-1) Descentralizada. Feita nos grupos/núcleos da rede Ecovida d-2) separada da inspeção se feita no Núcleo e conjunta se realizada no Grupo. e) Presente na comunidade	c) não se aplica d-1) Descentralizada. Realizada nos grupos e visitas. d-2) conjunta nos grupos. e) Presente na comunidade
4. Comunicação da qualidade	Selo, reputação do produtor e do organismo certificador	Selo, reputação do produtor e do organismo certificador, influencia dos critérios de conformidade social	Selo, reputação do produtor e pressão social
5. Custo anual por Unidade familiar (2009)	Grupo : 700,00 R$/unidade Individual: l000,00 R$/unidade	90,00 R$ /unidade (3 dias trabalho por família)	30,00 R$ /unidade (um dia de trabalho por família)

Fonte: Baseada em Medaets e Medeiros (2004) e Sabourin (2009).

Lições e perspectivas

A política de qualificação constitui uma interface de sistema. Ela limita os efeitos da concorrência e da especulação específicos da troca mercantil capitalista. Observamos que esta interface pode ser gerenciada por diversos mecanismos. Primeiro, pode ser regulada pela comunidade de produtores: é o caso da cocertificação mútua das feiras agroecológicas da Paraíba, de acordo com um princípio de reciprocidade e de gratuidade. Este mecanismo permite não aumentar o custo do produto por conta do processo de certificação de qualidade e manter o saber-fazer e a autonomia dos produtores. A credibilidade da qualidade está fundada em princípios que vêm completar e validar o processo de cocertificação, chamado por Temple (2003) de qualificação centrípeta (interna ou realizada dentro do ambiente de produção): o conhecimento mútuo, a relação física direta entre produtores e consumidores e, claro, o valor de reputação.

A certificação pode também ser confiada a uma empresa externa de acordo com uma lógica contratual e mercantil. Esta solução aumenta significativamente o custo de produção e deixa os agricultores em situação de dependência, de suspeição, e até de falta de competência. Este sistema coloca em dúvida o reconhecimento da capacidade dos agricultores em controlar e validar a qualidade dos seus produtos. No entanto, sendo reconhecido pelas regras do

comércio internacional, esta modalidade de certificação externa e mercantil da qualidade pode ser exigida para a exportação em certas redes.

É por isso que os agricultores brasileiros desenvolveram uma solução intermediária entre o sistema de reciprocidade e o sistema da troca mercantil. A CPR mantém a autonomia e a construção da competência dos agricultores, mas permite, com um custo adicional reduzido, o reconhecimento externo e internacional, mediante, por exemplo, as normas ISO para exportação.

O sistema de CPR constitui uma dupla interface entre a lógica da reciprocidade e a lógica da troca. Primeiro, ele permite uma articulação entre a produção doméstica e o mercado de troca, protegendo a produção qualificada dos efeitos da concorrência. Segundo, oferece um sistema de garantia e de controle desta qualidade baseado na reciprocidade e na ajuda mútua entre pares (DARRÉ, 1994). Se este mecanismo de certificação quase gratuito (3 dias de trabalho/família/ano) escapa à lógica mercantil capitalista, ele permite, no entanto, dialogar e interagir com ela, especialmente ao nível das normas internacionais para a exportação. Neste sentido, é um mecanismo de certificação híbrido, adequado para sistemas mistos, caracterizados por práticas que associam a lógica de troca e a lógica de reciprocidade.

A teoria da reciprocidade permite interpretar o significado social e a lógica econômica construídos pelas comunidades humanas ao longo da história, atrás de práticas e prestações, que, muitas vezes, de maneira quase imperceptível, foram naturalizadas como pertencendo ao quadro da troca mercantil ou capitalista.

Entretanto, o capitalismo tem pouca preocupação com os valores éticos ou com o projeto de uma sociedade mais justa para toda a humanidade.

Todas as possibilidades para a qualificação dos produtos rurais ainda não foram exploradas. O caso da cocertificação mútua da Associação de produtores agroecológicos no Agreste da Paraíba mostra que uma validação da qualificação centrípeta (de dentro, interna) é possível. Este sistema poderia, também, ser adaptado para o mercado nacional e inclusive para a exportação dos produtos.

A qualificação centrípeta ou “interna” e o selo personalizado constituem uma das chaves para um desenvolvimento rural endógeno ou autocentrado que atenda às necessidades prioritárias das comunidades locais.

Considerações finais

O trabalho questiona a equidade social e econômica nas inovações em matéria de qualificação e certificação de produtos agroalimentares. Oferece uma análise de modalidades alternativas de certificação, menos caras e mais sustentáveis do que a certificação por auditoria externa por firmas.

Em termos de reflexão global sobre a inovação, este artigo destaca o papel da inovação econômica e social na agricultura e no mundo rural. Os rurais não estão condenados a depender de inovações tecnológicas, muitas vezes recuperadas e instrumentalizadas pelos interesses privados de firmas, como no caso da certificação por auditoria externa.

De fato, o mercado capitalista de troca opõe a "homogeneidade" das normas de padronização da CAE por firmas à "heterogeneidade" ou à variação nos procedimentos de registro da certificação participativa (CPR). De acordo com a lógica do mercado capitalista, essas variações poderiam causar uma redução da credibilidade do sistema CPR (AKERLOF, 1970). Na verdade, o risco é maior do outro lado: a certificação por auditoria externa dificilmente pode pretender refletir a diversidade dos sistemas e das condições de produção, as situações diversas e diferenciadas das localidades, dos territórios, especialmente as diversidades sociais e culturais (HATANAKA; BAIN; BUSCH, 2005; CERDAN et al., 2009; LOUDEN; MACRAE, 2010).

Aqui reside uma das vantagens da certificação por conformidade social. Mas certamente, ela não deveria substituir completamente a conformidade técnica; é por isso que o ponto de vista dos produtores como pares e o dos consumidores como juízes, permanecem primordiais e incontornáveis. As noções de confiança (JAMES, 2002), reputação (OSTROM, 1998) e interconhecimento ou conhecimento mútuo (DARRÉ, 1994), estão no centro dos processos de qualificação dos produtos (especialmente agroalimentares) e, portanto, dos diversos mecanismos de certificação (OSTROM, 2003, 2005). Essas normas sociais correspondem a valores humanos e relações típicas das estruturas de reciprocidade (TEMPLE, 1998, 2003; SABOURIN, 2011). A pressão social é reconhecida por sua eficácia nos processos de garantia da credibilidade da qualidade (SONNINO, 2007). No Brasil, vários autores sugerem desenvolver e expandir o debate sobre a conformidade social como mecanismo alternativo eficaz em matéria de controle de qualidade no campo da agricultura familiar e camponesa (REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA, 2002; MEDAETS; MEDEIROS, 2004; CERDAN et al., 2011)

Houve evoluções significativas nos quiinze últimos anos. Na verdade, as iniciativas de qualificação e certificação participativa apareceram no Sul e particularmente na America Latina onde a reflexão teórica sobre a reciprocidade e a economia plural ou solidaria é mais ativa e diversificada do que nos países do Norte (MARTINS; NUNEZ, 2004; GAIGER, 2005; MENEZES, 2006; FRANÇA FILHO 2006). Entre outros conceitos pioneiros, podemos mencionar os Sistemas Agroalimentares Localizados-SIAL (MUCHNIK; SAINTE-MARIE, 2010), as indicações geográficas (SAUTIER; BIENABE; CERDAN, 2011; WILKINSON; CERDAN, 2011) e o sistema de comércio justo no Brasil (BRASÍLIA, 2007; SISTEMA NACIONAL DE COMÉRCIO JUSTO E SOLIDÁRIO, 2006; FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDARIA, 2007).

Este debate, ainda tímido no Brasil, abre um campo de aplicação da teoria da reciprocidade e, em particular, do princípio da interface de sistema (TEMPLE, 2003; SABOURIN, 2011). O exemplo das feiras agroecológicas da Paraíba e dos grupos da Rede Ecovida mostra que uma qualificação personalizada e centrípeta, por meio de um processo de cocertificação por pares é tão eficaz e muito mais barato do que a certificação por auditoria externa das empresas privadas. É, portanto, o interesse dos consumidores e a sua capacidade a se informar e a entrar numa relação de reciprocidade mais simétrica com os produtores que constitui a base do princípio da qualificação dos produtos (SABOURIN, 2011).

Este tipo de abordagem abre novas perspectivas para a pesquisa e a ação, de um lado em torno da aprendizagem e dos valores no marco das relações de reciprocidade (COUDEL; SABOURIN; TONNEAU, 2009) e, do outro lado, sobre as modalidades de regulação da interface entre práticas de troca e práticas de reciprocidade.

Referências

AKERLOF, G. A. The market for “Lemons”: quality uncertainty and the market mechanism. *The Quarterly Journal of Economics*, Cambridge, v.84, p.488-500, 1970.

ÁVILA, M. L. de. *Ação pública territorializada de desenvolvimento rural*: o caso do Território Águas Emendadas. 2001. 216f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentáve) - Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2001.

BRASIL. Secretaria Nacional de Economia Solidária. *Projeto de Lei de Comercio justo e solidário (CJS)*. Brasília: SENAES-MTD, 2007.

COMMISSION OF THE EUROPEAN COMMUNITIES-CEE. *Analysis of the possibility of an European action plan for organic food and farming*. Brusselas: Commission Staff Working Paper, 2002. mimeo

CERDAN, C. et al. La mise en politique des indications géographiques et du terroir au Brésil: principaux défis et perspectives. In: DELFOSSE, C. (Dir.). *La mode du terroir et les produits alimentaires*. Paris: Les Indes Savantes, 2011. p.323-346.

_____. La diversité biologique et culturelle dans les démarches de qualité et de valorisation de l'origine au Sud Brésil. *Autrepart*, Paris, n. 50, p.153-166, jun. 2009.

CONTERATO, M. A. *A mercantilização da agricultura familiar do Alto Uruguai/RS*: um estudo de caso no município de Três Palmeiras. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2004.

COUDEL, E.; SABOURIN, E.; TONNEAU, J. P. Dynamiques et apprentissages d'une première expérience de construction d'une Université Paysanne au Brésil. In: TURCKHEIM, E. de; HUBERT, B.; MESSEAN, A. (Coord.). *Concevoir et construire la décision*: Démarches en agriculture, agroalimentaire et espace rural. Versailles: Quae, 2009. p. 313-332.

DARRÉ, J. P. (Dir). Pairs et experts dans l'Agriculture, dialogue et production de connaissance pour l'action. *Technologies, idéologies, pratiques*, Aix-Provence, v. 12, n. 1, p. 227, 1994.

DUPUY, J. P. Convention et common knowledge. *Revue Économique*, Paris, v. 40, n. 2, p. 361-400, 1989.

EYMARD-DUVERNAY, F. La négociation de la qualité. In: VALCESHINI, E.; NICOLAS, F. *Agro-alimentaire*: une économie de la qualité. Paris: Inra, Econômica, 1995. p 99-208.

FERRARI, A. T. *Fundamentos de sociologia*. São Paulo: MacGraw-Hill, 1983.

FLORENTINO, G. L. et al. As organizações profissionais agrícolas e a gestão dos recursos naturais: aprendizagens sociais e construção social de uma governabilidade. In: FONTAINE, G.; VLIET, G. V.; PASQUIS, R. (Coord.). *Políticas ambientales y gobernabilidad en América Latina*. Quito: Flacso, 2007. p.303-324.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. *Proposta de Instrução Normativa do Sistema de Comércio Justo e Solidário*. Brasília: SENAES, 2007.

FRANÇA FILHO, G. C. de. Políticas públicas de economia solidária no Brasil. In: FRANÇA FILHO, G. C. de et al. *Ação pública e economia solidária*: uma perspectiva internacional. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2006. p.97-116.

GAIGER, L. I. G. Apontamentos sobre a natureza do vínculo solidário na vida econômica. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 29., 2005, Caxambu. *Anais*... Caxambu: ANPOCS, 2005. CD ROM.

HATANAKA, M.; BAIN, C.; BUSCH, L. Third-party certification in the global agrifood system. *Food Policy*, Guildford, v.30, p.354-369, 2005.

IFOAM. *Organic Standards and Certification*. 2009. Disponível em: <http://www.ifoam.org/about_ifoam/standards/ics.html>. Acesso em: 2 fev. 2009

JAMES, H. S. The trust paradox: a survey of Economic inquiries into the nature of trust and trustworthiness. *Journal of Economic Behavior and Organization*, Amsterdam, v.47, n.3, p.291-307, 2002.

KILCHER, F. *Marchés hebdomadaires et agricultures familiales*: quelle complémentarité. Montpellier: CNEARC, 2004. (Mémoire ESAT, n.1).

LAMINE, C. *Les Amaps, un nouveau pacte entre producteurs et consommateurs?* Paris : Yves Michel, 2008.

LANDEL. P. et al. Développement territorial et participation: analyse du marché biologique de Brasilia – Brésil. In: JOURNEES DE RECHERCHES EN SCIENCES SOCIALES, 3., 2009, Montpellier. *Annales*... Montpellier: INRA SFER CIRAD, 2009.

LÉVI-STRAUSS, C. *Les structures élémentaires de la parenté*. Paris: Mouton, 1967.

LOUDEN, F. N.; MACRAE, R. J. Federal regulation of local and sustainable food claims in Canada: a case study of Local Food Plus. *Agriculture* and Human *Values*, Dordrecht, v. 27, p.177-188, 2010.

LUPASCO, S. *Le principe d'antagonisme et la logique de l'énergie*. Paris: Herman, 1951.

MARTINS, P. H.; NUNES, B. F. (Org.). *A nova ordem social*: perspectivas da solidariedade contemporânea. Brasília: Paralelo 15, 2004.

MAUSS, M. "Essai sur le Don". In: _____. Sociologie et Anthropologie. Paris: PUF, 1989. p. 140-268.

MEDAETS, J. P.; MEDEIROS, J. X. A ação coletiva no controle da qualidade da produção orgânica familiar: análise comparativa entre a certificação por auditoria externa e a certificação participativa em rede. In: CONGRESSO DA SOBER, 42., 2004, Cuiabá. *Anais*... Cuiabá: SOBER, 2004. Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/12/07O067.pdf >. Acesso em: 30 abr. 2004.

MENEZES, M. A. A reciprocidade e a economia moral: repensando o campesinato. In: MARTINS, P. H.; CAMPOS, B. C. *Polifonia do Dom*. Recife: Ed. da UFPE, 2006. p.209-234.

MUCHNIK, J.; SAINTE MARIE, C. de (Ed.). *Le Temps des SYAL*. Versailles: Quae Update Sciences et Technologies, 2010.

OSTROM, E. Policies that crowd out reciprocity and collective action. In: GINTIS, H. et al. *Moral sentiments and material interests*: the foundations of cooperation in Economic life. Cambridge: MIT Press, 2005. p.253-275.

_____. Toward a behavioral theory linking trust, reciprocity and reputation. In: OSTROM, E.; WALKER, J. (Ed.). *Trust and reciprocity*: interdisciplinary lessons for experimental research. New York: Russell Sage Foundation, 2003. p.19-78.

_____. A behavioural approach to the rational-choice theory of collective action. *American Political Science Review*, Baltimore, v.92, p.1-22, 1998.

PLOEG, J. D. van der. *The new peasantries*: struggles for autonomy and sustainability in an era of empire and globalization. London: Sterling: Earthscan, 2008.

POLANYI, K.; ARENSBERG, C. *Trade and market in the Early empires*: economics in history and theory. New York: Free Press, 1957.

RADOMSKY, G. F. W.; SCHNEIDER, S. Nas teias da economia: o papel das redes sociais e da reciprocidade nos processos locais de desenvolvimento. *Sociedade e Estado*, Brasília, v.22, p.49-284, 2007.

REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA. *A legalização da agricultura orgânica e da certificação de produtos orgânicos no Brasil*: o posicionamento da Rede Ecovida de Agroecologia. Florianópolis, 2002. Mimeo.

SABOURIN, E. *Sociedades e organizações camponesas*: uma leitura através da reciprocidade. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2011. (Estudos Rurais).

SABOURIN, E. *Camponeses do Brasil, entre a troca mercantil e a reciprocidade*. Rio de Janeiro: Garamond Universitaria, 2009a. (Terra Mater)

SABOURIN, E. Dinâmicas territoriais e acesso aos mercados: uma leitura pela reciprocidade. In: SILVA, G. A. da; CAVALCANTI, J. S. B.; WANDERLEY, M. N. B. (Ed.). *Diversificação dos espaços rurais e dinâmicas territoriais no Nordeste do Brasil*. João Pessoa: Zarinha, p.147-186, 2009b.

SABOURIN, E.; RODRIGUES, J. A. Interação entre políticas públicas e dinâmicas locais da agricultura familiar no Território Portal da Amazônia-MT. In: OLIVEIRA, D. (Coord.). *Desenvolvimento Territorial, diretrizes para a região da BR 153*. Brasília: Projeto Diálogos, 2009. p.45-81.

SAUTIER, D.; BIENABE, E.; CERDAN, C. Geographical indications in developing countries. In: BARHAM, E.; SYLVANDER, B. (Ed.). *Labels of origin for food*: local development, global recognition. Wallingford: CABI, 2011. p.139-153.

SISTEMA NACIONAL DE COMÉRCIO JUSTO E SOLIDÁRIO. *Documento base sobre Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário*. Brasília: SENAES, 2006.

SONNINO, R. The power of place: embeddedness and local food systems in Italy and the UK. *Anthropology of food*, 2007. Disponível em: <http://aof.revues.org/index454.html>. Acesso em: 05 ago. 2011.

TEMPLE, D. *Teoría de la reciprocidad*. La Paz: PADEP/ GTZ, 2003.

_____. *Les structures élémentaires de la réciprocité*. Revue du MAUSS, Paris, v.12, n.2, p.234-242, 1998.

TEMPLE, D.; CHABAL, M. *La réciprocité ou la naissance des valeurs humaine*. Paris: l'Harmattan, 1995.

VALCESCHINI, E.; NICOLAS, F. La dynamique économique de la qualité agro-alimentaire. In: _____. *Agro-alimentaire*: une économie de la qualité. Paris: Inra, 1995. p. 223-233.

WHYTE, C. Produits de qualité, territoires et développement durable, le cas de l'Agreco-SC In: COLLOQUE INTERNATIONAL SUR LES SYSTEMES AGROALIMENTAIRES LOCALISES (SYAL), 2002, Montpellier. *Les systèmes agroalimentaires localisés*: produits, entreprises et dynamiques locales. Montpellier: CIRAD, 2002.

WILKINSON, J.; CERDAN, C. A Brazilian perspective on geographical indications. In: TORRE, A.; TRAVERSAC, J. B. *Territorial governance*: local development, rural areas and agrifood systems. Heibelberg: Physica-Verlag, 2011. p.143-148.